

Introdução

Modernamente percebe-se intensa busca por identidade. O mundo atual assim exige. A busca por identidade ocorre entre grupos geralmente minoritários, que em determinada sociedade sentem necessidade de “ser algo/alguém” perante os grupos hegemônicos, do retorno às origens, às tradições, de serem reconhecidos pelo outro, de terem voz ativa, reconhecimento cultural, respeito e inserção nas cidades e locais escolhidos para viver.

Parece contraditório; quanto mais se massifica/padroniza a cultura e o consumo de bens culturais, sobretudo entre os migrantes, mais se procura uma especificidade, uma identidade, uma alternativa à homogeneização perversa. A própria geografia ou, mais precisamente, a marca e uso do espaço geográfico mostra-se como metáfora emblemática desta contradição, visto que é percebida, justamente, pela diferença. Sem diferença não haveria geografia, tampouco identidades.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a busca da identidade territorial migrante portuguesa no Rio de Janeiro, tendo em vista que a migração condiciona aos fenômenos de des(re)territorialização. O contexto desta busca por identidade é o tempo atual. E a pergunta que se faz é: quem é o migrante português que reside na cidade hoje?

A pesquisa procura analisar esse processo diante de seus múltiplos elementos. Tratamos por território os espaços utilizados para exercício de poder entre os migrantes e de reconhecimento pela sociedade como *locus* de determinado grupo. Assim, tais territorialidades são também compreendidas não apenas através do substrato físico, mas também via meios de comunicação e expressões ou bens culturais, sempre de portugueses no Rio de Janeiro. Diante dessas metas investigativas, consideramos algumas questões a fim de enfrentar a problemática elaborada.

No capítulo de abertura, principiamos por indagar acerca das questões gerais referentes ao processo imigratório de portugueses no Brasil (Rio de Janeiro). Por que emigrou e emigra? Quem é este migrante? Pretende-se caracterizar o migrante português integrando o fenômeno aos motivos da emigração em Portugal e da imigração no Brasil, na medida em que as motivações

estão relacionadas em ambos os continentes. Nesse momento, ressaltamos dois períodos migratórios, a saber: o primeiro (item 1.1) compreende as décadas de 1950 e 1960, tendo em vista que o período é um dos principais para toda história da migração entre ambas as nações e de extrema importância para os territórios estudados neste trabalho e no Rio de Janeiro. Já o segundo (item 1.2) compreende os tempos atuais da migração de portugueses para o Brasil, sobretudo no período de agravamento da crise europeia e portuguesa no pós-2008, ou início do século XXI, uma vez que percebemos continuidade neste processo até o corrente ano.

Referente à discussão sobre os territórios (também no capítulo 1), ressalta-se a multidimensionalidade do conceito (HAESBAERT, 1997, 1999, 2001, 2005a, 2007, 2011b, 2011a) para a viável interpretação das identidades territoriais. Compreendemos que o português territorializa-se no decorrer da migração para o Rio de Janeiro, acionando, portanto, referências aos territórios portugueses (nos diferentes momentos migratórios/temporais de portugueses) que assim (re)produzem a des(re)territorialização.

O território é ainda entendido sob a perspectiva integradora (HAESBAERT, 2011b), na visão ampla do território como espaço geográfico indissociável à reprodução de grupos sociais. A territorialidade, à luz de Sack (1986 apud HAESBAERT, 2011b), que pode ser ativada/desativada via identidades territoriais e de acordo com grupos e contextos, pelos quais a sociedade se inter-relaciona abriga os fenômenos das migrações e considera indispensável o trato dessa identidade ser fundamentalmente territorial. Outra ideia é a do territorializar-se criando mediações e pensando como processo do territorializar-se e o desterritorializar-se são concomitantes e fundamentais para as práticas humanas (HAESBAERT, 2011b).

O segundo capítulo analisa a interferência da comunicação na produção e (re)produção das identidades portuguesas. Como se dá essa identidade portuguesa via *mass media*, ou seja, via meios de comunicação (jornais e rádio) da comunidade portuguesa e através dos meios que comunicam o Portugal-global. Analisamos o modo de representação e como se relacionam, como qualificam o português, o que há de comum entre os diferentes meios de comunicação com relação aos portugueses do primeiro e do segundo momento, como se articulam os meios de comunicação e os distintos momentos da migração nestes meios.

No decorrer do capítulo 2, procuramos então investigar a comunicação sobre a ótica de três pontos em destaque: o primeiro (2.1) é a comunicação do Portugal-global através de sua relação com os territórios portugueses espalhados pelo mundo. Discorremos neste item sobre a relevância de um programa de televisão (Alô Portugal, da SIC) para a realização desta tarefa de fazer com que os vários “Portugais” se comuniquem. O segundo ponto (2.2) é uma análise de como funciona a comunicação entre os territórios portugueses no Rio de Janeiro e a relevância destas bases comunicacionais para a comunidade/colônia portuguesa até o presente momento. Assim, analisamos principalmente os jornais e programas de rádio portugueses, além de notar a importância de outros programas televisivos específicos da comunidade portuguesa como instrumentos principais para os que vieram no primeiro momento migratório analisado. Ainda neste ponto, buscamos retratar e refletir sobre a relevância exercida pelos canais internacionais portugueses (para ambos os períodos imigratórios) e, principalmente, da internet e das redes sociais *online* como meio de comunicar os territórios dos portugueses que entendemos ser os mais globalizados, ou seja, os migrantes do Portugal da Zona Euro e integrado à lógica capitalista de mercado, como também as gerações que ainda chegam ao Rio de Janeiro, os que chamamos “jovens” migrantes portugueses.

Por fim, o último ponto (2.3) discorre sobre como se dá essa comunicação, que pode transformar e ser transformadora da identidade territorial portuguesa no Rio de Janeiro.

O terceiro capítulo relaciona-se ao enfoque cultural e às representações culturais envolvendo a comunidade portuguesa no Rio de Janeiro. Como esta relação é construída no decorrer das correntes migratórias? Aborda-se no primeiro item (3.1) as questões ligadas a uma produção de cultura ou de bens culturais, ou, ainda, elementos culturais portugueses no Rio de Janeiro que parecem não estar ligados a Portugal. São as produções ou expressões que contêm traços portugueses no Rio de Janeiro, mas são pouco relacionadas.

O item 3.2 procura evidenciar a questão da invenção das tradições, que no Rio de Janeiro são atreladas quase única e exclusivamente aos territórios portugueses tradicionais, ou seja, ligadas ao primeiro momento da temporalidade migratória abordada neste trabalho. Essa invenção é também uma redução dos muitos territórios portugueses em apenas um.

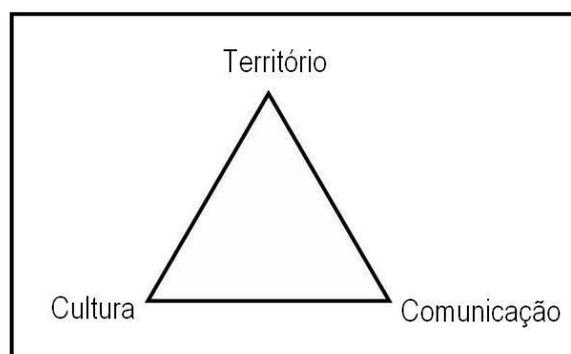
O item 3.3 discorre sobre as produções de cultura portuguesa nos muitos territórios portugueses e concebe como importante a quebra de paradigmas e estereótipos ligados aos portugueses, apontando renovações e outras expressões culturais de Portugal pouco reconhecidas no Rio de Janeiro.

Além disso, considera-se neste terceiro capítulo a discussão sobre multiculturalismo, hibridismo e outros conceitos ligados à leitura de cultura.

Desse modo, a discussão realiza-se em torno da problemática das identidades territoriais, num contexto de (re)produção destas sob o pensamento complexo de Edgar Morin, que vê a organização entre os elementos já relacionandos – território, cultura e comunicação - como fundamentais para a busca da identidade.

A globalização do território (explorada no primeiro capítulo) é complementar à globalização das culturas e da comunicação (dos capítulos seguintes), a fim de promover a compreensão de todos os componentes elencados. Conforme estabelecido em cada capítulo a globalização (do território, da cultura e da comunicação) é o ponto inicial das inúmeras formas (Figura 1) do que nomeamos de identidade territorial portuguesa no Rio de Janeiro. Pensamos que a relação destes elementos são os responsáveis por estabelecer o desenvolver dessa pesquisa, ou seja, o próprio processo de construção.

Figura 1: Base conceitual para compreensão da busca por identidade



Fonte: Organizado por Azevedo, 2013.

Ambos os processos correspondentes relacionados à globalização não se dão apenas sobre a ótica generalizante, de globalizar culturas, encurtar distâncias e acelerar comunicações, mas têm o intuito de estabelecer sobre um ponto de

partida provisório, e que é modificado nas considerações finais (capítulo 4) pela compreensão do pensamento complexo como teoria organizadora e desorganizadora dos mesmos elementos apresentados. Pensamos que o fortuito e as emergências deste sistema são condição importante para esta interpretação.

Por fim, esta pesquisa nasceu do desejo de dissertar sobre o português. Para tanto, foi essencial a dedicação ao trabalho de campo, desenvolvido desde 2008. Durante os últimos meses do curso de pós-graduação, voltamos a realizar entrevistas nos diversos territórios portugueses existente na cidade do Rio de Janeiro, desta vez com o objetivo de elencar portugueses de destaque na comunidade e pessoas representantes das instituições e associações, jornais e grupos folclóricos, a fim de que conseguíssemos abordar os mais variados perfis e diferentes visões dos portugueses sobre as próprias questões internas, bem como os temas relativos à comunidade lusitana na cidade. Atentos às movimentações da comunidade portuguesa, aproximamo-nos dos migrantes, das festas e dos encontros com o intuito de estabelecer certa familiaridade com relação ao tema.

As referências bibliográficas conferem grande importância nas discussões sobre território (HAESBAERT, 1999, 2001, 2011a, 2011b), cultura (HALL, 2011a, 2011b) e comunicação (CANCLINI, 2010; RUA, 2007), além de outros autores importantes no que concerne aos aspectos gerais da pesquisa, como Morin (1989, 1990, 1997) e Hobsbawm (1997). Também consideramos produtivo recorrer a jornais (O Globo, Portugal em Foco e Voz de Portugal); a determinados programas da Rede Globo de Televisão; à programação do Alô Portugal e Brasil Contacto; e, finalmente, a programas de rádio específicos (Rádio Rio de Janeiro e Metropolitana).

1

Migrações portuguesas, território e relações capital-trabalho

A questão fundamental neste trabalho para o estudo das migrações é a produção de territórios e territorialidades dos portugueses na cidade do Rio de Janeiro. A partir dessa questão iniciamos a busca pela identidade territorial, tendo como foco o espaço e sua (re)produção. Assim, sobre essa cidade incide os processos de des(re)territorialização do português durante os períodos migratórios nos quais se baseia esta pesquisa: o primeiro momento, que corresponde aos anos de 1950/1960, e o segundo, ao início do século XXI, ou seja, hoje.

Nesse primeiro momento da imigração portuguesa no Brasil, destaca-se a relevância de ser a cidade do Rio de Janeiro capital federal, pois os anos 1950 a 1960 são uns dos maiores períodos de entrada de portugueses no Brasil, com números comparáveis apenas com a década 1909/1919. A procura por mão de obra e o pós-guerra mundial na Europa sustentaram uma saída em massa de trabalhadores do campo para a América.

Durante o século XIX, não foram somente as modificações ocorridas no Brasil que estimularam a vinda de imigrantes. Ao contrário do que ocorreu em vários países europeus, em Portugal não houve desenvolvimento industrial que permitisse a absorção da população que migrava para o meio urbano. (VENANCIO in OCEANOS, 2000, p. 63).

No decorrer do século XX, sobre a conjuntura do modelo centro-periferia, o Velho Continente percebe o Brasil como território propício à difusão das relações capital-trabalho e favorável à reprodução do capital.

O “*west*” indicado por Hall (2002) está no “*rest*”, ou seja, a periferia está no centro, em escala global, regional e local. Este panorama complexifica ainda mais os movimentos populacionais em todo planeta. Neste sentido, o que apontamos é que o mundo se complexifica e, com a mistura de espaços, centro e periferias, as relações travadas entre capital-trabalho se apoderam de suas vantagens diante desta nova conjuntura econômica e política.

No que concerne aos movimentos populacionais, as migrações marcantes para a pesquisa ocorreram no contexto de conjuntura da crise do modelo fordista

na Europa e da não aplicação deste modelo de organização do trabalho em Portugal (aproximadamente com fim da Segunda Guerra Mundial).

Os imigrantes que vieram para o Brasil eram oriundos do rural português e optavam pelos centros urbanos (fomentadores das melhores oportunidades, dos melhores salários e de boas condições de sobrevivência). Sendo assim, o Rio de Janeiro, por fornecer possibilidades de trabalho no comércio, na ocupação autônoma como profissional liberal, na construção civil e em outras colocações típicas de uma cidade industrial, tornou-se um destino para esses imigrantes.

Alguns destes migrantes, notadamente durante os anos de 1950/60, foram auxiliados pela atuação de fortes redes sociais ou solidárias, próprios deste momento histórico.

Na emigração, atentamos para a base da relação capitalista de acumulação, a qual estabelece a população como recurso e/ou problema para sua implementação ou reprodução. Justamente por isso se ressalta a primazia do trabalho sobre a mão de obra, pois desde a primeira revolução industrial, que, potencializada pelo advento da segunda revolução, visto que o consumo é parte importante e integrante desta engrenagem capital-trabalho, caracterizando a lógica do sistema em vigor que favorece a saída em massa das populações.

Diante do pós-fordismo/acumulação flexível, atuante na primazia do capital e da técnica sobre as relações de reprodução, nota-se que desencadeia inúmeras crises que correspondem a um novo momento do capitalismo, a uma espacialidade específica e impulsionadora do fenômeno migrações sob o binômio capital-trabalho.

Os processos e movimentos e o desenrolar destes são cada vez mais globalizantes, ou seja, são indícios da mobilidade internacional, ontem e hoje, ainda que com pontos singulares, mas a relação capital-trabalho é fundamental para as migrações.

Nesse sentido, não há capitalismo sem espaço (território), sem espacialidade e des(re)territorialização. O regime produz sua materialidade no simples movimento da reprodução, por necessidade básica e intrínseca dessa relação. Considera-se importantíssimo o fator território (espacial, por excelência) nesta investigação por ser a base geográfica, material, desta mobilidade; conter o produto do ser humano; por ser *locus* das relações posteriores e, finalmente, porque é o homem que produz o espaço para nele reproduzir-se (LEFEBVRE,

2001). O autor revela, do mesmo modo, a importância das relações entre trabalho e capital, sempre espacializadas e objetivamente recorrentes ao mesmo substrato espacial.

Especialmente nos anos 1950/60, com o agravamento da crise econômica portuguesa, do ódio ao serviço militar, das más colheitas, da entrada do maquinário no campo (e também na pesca, com barcos a vapor), da crise da vinicultura, do crescimento demográfico nas regiões associadas à falta de emprego e da concentração fundiária determinante para a miséria em áreas interioranas do país, a solução encontrada era tentar sobreviver num país que possibilitasse uma vida mais digna; no caso, o Brasil, pois, como dissemos, sua economia estava em ascensão devido à expansão da industrialização.

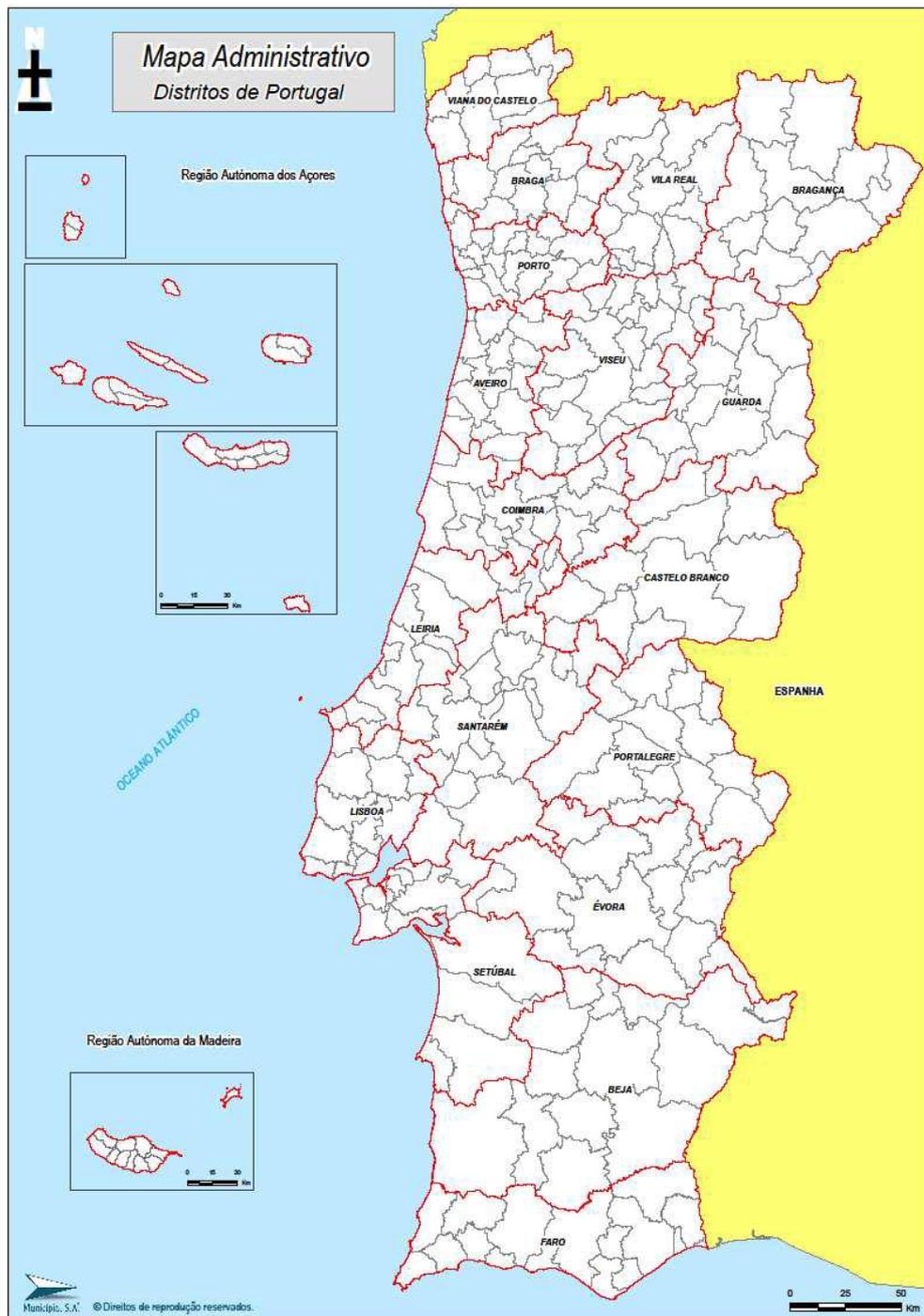
Os migrantes eram agricultores, carpinteiros, pedreiros e operários agrícolas. A taxa de analfabetismo em Portugal era de 42% em 1920, o que remete à certeza de serem, naquele momento, trabalhadores oriundos de camadas paupérrimas da sociedade (SERRÃO, 1977).

O Minho é o centro maior da emigração, fenômeno que é sentido em diversas outras regiões portuguesas, alastrando-se para o litoral até o Douro, ao sul na Beira-Alta, a leste até Trás-os-Montes, e com investidas inclusive a Estremadura (MARTINS, 1956), além de Portugal insular, com as ilhas da Madeira e dos Açores (Mapa 1).

A facilidade da língua portuguesa é o menos significativo dos motivos para o português optar pelo Brasil na compra de um bilhete em Portugal, já que as redes sociais estabelecidas com parentes e conterrâneos emigrados para o Brasil desde 1909, e com registros expressivos e crescentes até os anos 1920, serviu como ponto de apoio. Eram as associações beneficentes os hospitais e instituições de socorro que propunham auxílio neste período de limitada comunicação com o país que ficava do outro lado do Atlântico.

Portanto, este primeiro momento migratório a que o trabalho se refere é praticamente encerrado, com relação aos vultosos números dos anos 50, no decorrer da década de 1960/70, até que quando os portugueses estabelecem nova rota emigratória direcionando-se aos países da Europa (França, Luxemburgo, Suíça, Alemanha entre outros).

Mapa 1: Distritos de Portugal



Fonte: Municípios S. A. 2013.

Todos estes fatores são elencados para explicar os movimentos migratórios de Portugal para o Brasil, e é sobre os mesmos fatos, sobretudo as redes sociais, que o brasileiro representa a identidade do português. A relação entre as migrações e as representações será melhor debatida nos capítulos seguintes;

entretanto, evocamos para o debate do primeiro capítulo a relação existente hoje na cidade do Rio de Janeiro com relação ao migrante português, caracterizado anteriormente como relativo ao primeiro momento, e o português do segundo momento, que são os jovens do início do século XXI. Este novo imigrante (sobretudo do pós-2008) é caracterizado principalmente pelos jovens, relativos à geração *à rasca*, expressão empregada para se referir aos jovens qualificados e desempregados no país. Diante destas migrações, buscamos então uma relação com as territorialidades promovidas pelas próprias características de cada momento. Assim, essa sustentação, a (re)construção, transformação e presença no espaço e no tempo permite à pesquisa encaminhar uma discussão entre território migrante, cultura e comunicação.

O português é mais do que uma Casa regional/tradicional, mais que uma padaria ou um determinado comércio (e ainda assim não deixa de ser), entretanto, é na paisagem, ou, nos termos de Nogue (2007), “paisajes emocionales” do indivíduo que se evidenciam hábitos, revelam-se sons e odores, os quais caracterizam igualmente a paisagem portuguesa. Haveria, então, uma paisagem portuguesa – e por que não um território – onde houvesse um português?

Discute-se a reprodução das identidades portuguesas. Assim, “O espaço importa: dilemas da construção identitário-territorial na contemporaneidade” (HAESBAERT, 2011a, p. 45). Neste sentido, tratamos o processo migratório com os momentos pretéritos e no tempo contemporâneo das correntes migratórias para o Brasil e para o Rio de Janeiro com o intuito de explicitar que esta transição de pessoas entre os dois países é mais do que uma onda migratória; é uma transferência sobre a ótica do território português, agora des(re)territorializado, ou seja, um território migrante que promove as identidades portuguesas na cidade em questão.

O território (HAESBAERT, 1999, 2001, 2007, 2011b, 2011a) é um conceito-chave para indicar que o emigrante português fundou bases culturais, sociais, políticas e sobretudo espaciais/territoriais no Brasil. Entretanto, não apenas fundou, mas fundiu-se territorial e socialmente, visto que o movimento é mais importante que a resultante. Deste modo, a relação entre as migrações e o território sugere uma temática: o português migrante (de ambos os momentos)

construiu seu território segundo a lógica da identidade regional, arraigada às vilas e distritos do Portugal “tradicional¹” e atrasado?

Esta conjuntura promove uma territorialização única e característica de um período específico das imigrações na cidade, com a marca latente do território estabelecido por estes migrantes, e como forma de constituir Portugal em outro lugar. Tal característica é divergente da outra lógica migrante, notadamente com relação ao segundo momento, em que os emigrantes portugueses buscam o Brasil/Rio de Janeiro como local de investimentos e transitam em escalas diferenciadas, vivenciando a multiterritorialidade (no sentido de transitar por múltiplos territórios). Estes novos migrantes sugerem uma relação de territorialização (português – Rio de Janeiro) completamente distinta da anterior.

(...) era comum – como ainda é no Brasil atual – a imagem do português justaposta ou associada ora ao trabalhador “burro de cargas”; ora ao comerciante ávido de lucro e riqueza; ora ao colonizador a quem se deve atribuir, senão todas, ao menos grande parte das mazelas do país; ora ao sujeito tacanho e ora, afinal, ao “burro”, na linguagem local, analfabeto ou semianalfabeto, tema recorrente no anedotário popular (SILVA in NETO; FERREIRA, 2005, p. 68).

A não relação com o português “tradicional” já estabelecido na metrópole carioca, o transitar por outro território que não o já enraizado e a forma de relação com o próprio *status* de migrante indica duas construções territoriais (os portugueses tradicionais e os jovens migrantes), e por necessidade migratória e consequentemente identitária diferenciada. Os portugueses dos dois momentos migratórios não são os mesmos nem em termos de identidade nem de território, e por este mesmo motivo construímos o debate do primeiro capítulo.

Desse modo, as indicações que permeiam este capítulo inicial consideram fundamentais as particularidades temporais (e essencialmente espaciais/territoriais) entre os espaços dos migrantes, os territórios, já que este é o mote da primeira aproximação na busca da identidade territorial portuguesa no Rio de Janeiro.

¹ Tradicional está associado diretamente ao migrante do primeiro momento das imigrações portuguesas estabelecidas neste trabalho. O tradicional é também um termo que está sempre em grau de comparação com os migrantes do segundo momento, os jovens de um Portugal moderno e global.

1.1.

Século XX – O primeiro momento das migrações: uma Casa portuguesa – uma territorialidade transplantada

As migrações mantêm relações profundas com o binômio capital-trabalho e, por este motivo, considerar-se-ão aqui aspectos históricos próprios do período intitulado como primeiro momento deste primeiro capítulo, a fim de discorrer sobre as construções periodizadas para a conjuntura das migrações.

Portugal era uma nação de contrastes: atrasada no interior e com pontos determinados no litoral que representavam o desenvolvimento (econômico) do país (SILVA et al, 1993). O conhecido “pé-de-chumbo”, que era, então, o característico ou “tradicional” português na Primeira República brasileira, o homem lento, estúpido e sem escolaridade, ficaria estigmatizado por justamente ser oriundo das áreas mais atrasadas de um país rural e enfraquecido economicamente.

A opção para trabalhar no comércio, na construção civil e em tantas outras ocupações do meio urbano direcionavam o português de tal forma que era corriqueiro seu ingresso nas cidades, até que as estatísticas de entrada decaíssem tanto que no ano de 1986 deixaram de ser registradas, o que apenas reitera que a migração portuguesa para o Brasil só retomaria números significativos nos anos 1990-2000, timidamente, através de empresários e negócios portugueses, dado que não repercute grandes considerações para nossa análise.

Assim, o Portugal aldeão, rural, que motivaria a saída do migrante de primeiro momento é um produto inquestionável da forma do “Estado-providência”, se considerado sob a moldura do fordismo, que garantiria a seguridade social, o ciclo de expansão e vigência do Estado do bem-estar social e que corroborou a crise, com a explosão do operariado na então era taylorista/fordista via precarização do modelo industrial, o que sugere o jogo poderoso em que vitimiza inevitavelmente o trabalhador.

Realizava-se, então, uma interação entre elementos constitutivos da crise capitalista, que impossibilitava a permanência do ciclo expansionista do capital, vigente desde o pós-guerra: além do esgotamento econômico do ciclo de

acumulação (manifestação contingente da crise estrutural do capital), as lutas de classes (...) oriunda do mundo do trabalho. (...) (o estancamento econômico e a intensificação das lutas de classes) tiveram, portanto, papel central na crise dos fins dos anos 60 e inícios dos 70 (ANTUNES, 2001, p. 42).

O proletariado de hoje, ou a classe-que-vive-do-trabalho, é a totalidade de assalariados que vivem da força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção (ANTUNES, 2001). São caracterizados também pela fraca manutenção dos postos de trabalho, advinda do sucesso do modelo capitalista de produção não mais alocado em um espaço único, específico, daquela produção, assim ganha igualmente mobilidade, transita para espaços outros, em que este encontra facilidades, vantagens locais (NATAL, PEREIRA, 2010) e também favorece a mobilidade populacional em todas as escalas necessárias, onde se implementa o mesmo capital e a busca incessante da mão de obra por sobrevivência.

A lógica destrutiva, a competitividade e concorrência intercapitais são medidas da destruição e/ou precarização da força humana de trabalho, da degradação generalizada e da lógica societária voltada à produção acentuada de mercadorias no intuito de valorizar o capital (ANTUNES, 2001).

A crise do *welfare state* indica a crise do Estado capitalista e a construção do quadro crítico do capitalismo apontado por Antunes (2001) instaurando em Portugal as elevadas transferências populacionais do primeiro momento migratório tratado. Esta conjuntura estabelece relações entre espaços dominados pela conduta do Estado capitalista, já que aquele trabalhador qualificado e com um bom salário não arriscará a ingressar no jogo das migrações tão facilmente.

É no advento do neoliberalismo, como solução à crise que origina-se um processo de reorganização do capital e deste sistema ideológico e político voltado à reestruturação da produção e do trabalho, com medidas a adotar o capital instrumental necessário à reposição de patamares de expansão anterior (ANTUNES, 2001).

Com isso o intenso processo de assalariamento do setor de serviços leva mais frequentemente a caracterização da “sociedade de serviços”. “Isso se refere ao crescimento absoluto e relativo do ‘setor terciário’, isto é, do ‘setor de serviços’ (OFFE, BERGER, 1991, p. 11, apud ANTUNES, 2001, p. 212) que sentenciar a característica dos novos tempos, cada vez mais indispensáveis à mobilidade transnacional, travestido não mais, apenas da indústria.

A tentativa é de repor o padrão produtivo estruturado sobre o binômio taylorismo/fordismo, que procurava restabelecer os patamares de acumulação existentes no período, em especial o período pós-1945 (ANTUNES, 2001).

Portanto, esse panorama estrutural global acentua aos territórios importância destacada quando as diferenças entre os dois momentos das migrações. No que tange a este primeiro momento, as ilustrações a seguir podem caracterizar a emigração portuguesa (Gráfico 1) e a imigração de portugueses para o Brasil (Tabela 1).

Gráfico 1: Emigração portuguesa



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2006.

No primeiro, é possível notar que a saída de portugueses durante a segunda metade do século XX foi mais intensa durante a década de 1960, justamente o momento em que o Brasil e o Rio de Janeiro mais recebeu portugueses.

Já na tabela, nota-se que, durante os anos 1950, o Brasil recebeu grande parcela de população portuguesa. Assim, se confrontarmos as duas informações, perceberemos, em ambas, o início da mudança de estratégia dos portugueses em direcionarem-se para os países centrais da Europa, como já relatamos, e a diminuição com relação à chegada no Brasil. Assim, diante dessa diminuição da diáspora portuguesa para o Brasil e o Rio de Janeiro, durante os anos seguintes, e sob números significativos até praticamente o final do século XX, os portugueses

na cidade em estudo são aqueles que vieram do Portugal aldeão, rural e atrasado.

Esse território luso foi transplantado para a cidade do Rio de Janeiro sendo então reproduzido juntamente com as relações já existentes e mais a cidade de acolhimento.

Durante anos, esse território português era a maneira do carioca ter contato com Portugal, pois havia na cidade do Rio de Janeiro partes de Portugal, sendo as mais evidentes representadas pelas Casas Regionais. Por estes motivos, problematizamos a questão das Casas Tradicionais, já que estas são os territórios mais importantes dos portugueses deste momento descrito. Sobre esses territórios, não há outra certeza, pois a Casa portuguesa existe, atua através de seus frequentadores e do uso/apropriação do espaço como um território português.

Tabela 1: Tabela da Imigração portuguesa para o Brasil (1948-1974)

ANOS	BRASIL
1948	8 770
1949	11 974
1950	14 143
1951	28 104
1952	41 518
1953	32 159
1954	29 943
1955	18 486
1956	16 814
1957	19 931
1958	19 829
1959	16 400
1960	12 451
1961	16 073
1962	13 555
1963	11 281
1964	4 929
1965	3 051
1966	2 607
1967	3 271
1968	3 512
1969	2 537
1970	1 669
1971	1 200
1972	1 158
1973	890
1974	729
TOTAL	336 984

Fonte: SILVA, 1990. p. 31.

As associações de migrantes e as Casas apresentaram-se como organizações importantes para aqueles que chegaram a um novo território e buscavam (re)construir suas vidas. No primeiro momento migratório, sobretudo

há sessenta anos, era papel destas associações “atender carências de ordem cultural, econômica e/ou política no propósito amplo de permitirem melhores condições de vida para aqueles que chegam ao novo país, região ou cidade” (SOUZA, 2006, p. xxxviii). Além desta função social, esses espaços realizavam e ainda realizam a possibilidade do encontro, de circular entre a colônia/comunidade que vive na cidade.

As festas da terra natal são aquelas que atraem maior número de frequentadores, pois procuram valorizar e (re)produzir situações culturais de referência à origem geográfica do imigrante (...) fazem frequentemente menções a recortes espaciais multiescalares sendo a aldeia, o concelho, o distrito e a província e o próprio país as dimensões geográficas aludidas. Essas dimensões variam desde o local imediato da vivência passada do imigrante camponês na aldeia até a dimensão nacional, não vivida na realidade total no que tange à dimensão concreta do território português, mas reinventada e reconstruída no imaginário social da pátria Portugal. As referências à terra natal nas festas ocorrem de formas diversas. Homenagens à província ou ao concelho de origem, os anúncios de pratos típicos, a exaltação das músicas regionais e nacionais, a decoração da casa regional formam cenário festivo em que as tradições da terra natal representam o mote principal (SOUZA, 2006, p. lxxiii).

E sobre a mera relação entre o migrante e a comunidade, observamos intrinsecamente múltiplos territórios que, consciente ou não deste jogo territorial, as Casas e festas da comunidade o fazem com destacada perspicácia. A imagem a seguir (Figura 2) é uma acentuada referência ao território português do passado, relativo ao primeiro momento, mesmo em meados do século XXI.

Essa relação demonstrada entre territórios (a aldeia portuguesa e a Igreja dos Capuchinhos na Tijuca) nos leva a entender que essa festa não é apenas uma confraternização, mas sim uma maneira de reatar o espaço da igreja ao Portugal que ficou no passado, revisitado durante a apropriação do espaço como território português.

Dentre as atribuições exercidas pela Casa regional, além da organização e promoção de festas com temáticas quase todas relacionadas à comunidade, as Casas esforçam-se para regressar a sua região ou aldeia e transpor este território ao local em que exerce seu poder. A Casa trasmontana, por exemplo (SOUZA, 2006), destaca-se por ser uma instituição que possibilita visualizar a presença da comunidade portuguesa, através de suas marcas simbólicas de referência lusitana no espaço urbano da cidade. Sua singularidade referente à representação da província de Trás-os-Montes evidencia a pluralidade de tantas outras associações

portuguesas. Há uma pluralidade que pode ser comprovada pela existência de outras Casas regionais, de outras regiões portuguesas (Casa do Minho, Casa dos Açores, Casa do Porto etc.) e dos variados grupos de imigrantes que caracterizaram o primeiro momento.

Figura 2: Aldeia portuguesa: o território transplantado



Fonte: Azevedo, 10 de junho de 2012.

De acordo com Souza, “Tal singularidade e/ou pluralidade deve ser vista não como motivações fragmentadoras em que se rejeita a pátria nacional” (SOUZA, 2006, p. lxxxix). Ainda que concordemos com essa postura, parece-nos também uma avaliação da atual interpretação sobre essas Casas, o que não poderia ser afirmado na conjuntura histórica de outrora. As tantas Casas regionais são uma herança dos migrantes portugueses tradicionais ligados à aldeia, entretanto essa diferenciação regional perde sua força com o cessar do migrante aldeão português, o que reduziu conseqüentemente o caráter regionalista (re)territorializador no Rio de Janeiro para aproximar-se da (re)territorialização globalizada portuguesa, sobretudo mais português do que minhoto ou trasmontano.

O fato é que muitas Casas regionais portuguesas marcam a paisagem carioca e, conseqüentemente, o cenário migratório do português para a cidade em todos os contextos. Ou seja, a Casa Tradicional é portuguesa por sua condição intrínseca e também pela possibilidade de reproduzir-se enquanto território

migrante. Assim, outras relações surgem diante das Casas Regionais, uma vez que há reterritorializações fora da Casa portuguesa, o que não diminui o fenômeno migratório nem a importância para o Rio de Janeiro, apenas o reforça e complexifica justamente através da possibilidade das muitas reterritorializações.

Nesta consideração, tudo aquilo que o português constrói e construiu é também um território migrante, ainda que a partir de outras características, e é este o ponto que pretendemos tratar. Não iremos olvidar toda importância das Casas Tradicionais, mas no segundo momento (subtítulo 1.2), pensamos em uma maneira de provocar que qualquer casa (a residência do português) é também uma casa portuguesa, pela simples reterritorialização do migrante português.

Os fatos devem ser esclarecidos. O português do primeiro momento (que chamamos de tradicional) não era apenas português, pois tratávamos da migração do beirão, do açoriano, do trasmontano e do minhoto, todos de diferentes “portugais”, com territorialidades específicas as des(re)territorializações por qual atravessou. Se os dois momentos da imigração de portugueses no Rio de Janeiro provocaram a territorialização de formas diferenciadas – sendo o primeiro notadamente vinculado à fundação das Casas Regionais como ideal máximo da desterritorialização, e o segundo do português não mais vinculado a territórios simbólicos construídos como lugares portugueses, mas à pátria Portugal –, teremos, portanto, pouca ligação com a primeira geração, uma desterritorialização que corresponde a outra lógica, associada também à multiterritorialidade possível para este “novo” grupo de migrantes.

1.2.

O início do século XXI – O segundo momento das migrações: o Rio de Janeiro é uma casa portuguesa – uma territorialidade difusa

A emigração portuguesa do segundo momento dos movimentos migratórios percebe o Brasil como um “novo” destino, já que durante os anos 1970 até aproximadamente a virada do século XX para o XXI os portugueses não emigravam para outras nações da Europa.

Assim, tratamos neste momento das motivações para a contínua saída de portugueses e por que o Brasil/Rio de Janeiro voltou a ganhar importância, quer

dizer, como se dá a inserção do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro no cenário principal dos destinos dos emigrantes portugueses.

As razões estruturais dos emigrantes pós-1990, que perceberam o Brasil como opção de trabalho, compreendem como eixo norteador as relações capital-trabalho, agora complexificadas com a superação do modelo fordista/taylorista, associado por lógicas de consumo incomparáveis aos anos anteriores por razões políticas e econômicas de insucessos frequentes e sufocamento da classe média. A imagem do futuro melhor no estrangeiro, largamente difundida nas camadas mais jovens da população, motivada pelas mesmas razões estruturais, seduz esses jovens (em plena crise dos empregos e menores salários) a emigrarem em vez de insistir em permanecer num país com pouca perspectiva de pronta melhora.

A crise do fordismo “desorganizou” Portugal também no sentido das relações sociais da população. Na evolução deste panorama, há uma exclusão dos jovens que terminam os estudos superiores e se veem sem espaço no mercado de trabalho. “os jovens europeus (...) não têm garantido o seu espaço no mercado de trabalho. Na Europa, a garantia única é a certeza de desemprego” (ANTUNES, 2001, p. 203).

Tais informações também são relatadas no portal da Agência Financeira (2012), que indica que os portugueses no Brasil são majoritariamente arquitetos, empresários, engenheiros, administradores, profissionais de gestão e de gastronomia, além de estudantes de programas de mestrado e profissionais liberais, com idade entre 25 e 40 anos, fugindo da recessão econômica causada pela crise europeia e interessados pelas oportunidades aqui oferecidas. De acordo com a Agência, o “mercado laboral do Brasil vê vantagens na nova vaga de emigração de portugueses, com boas qualificações”, mesmo apontando que os trabalhos em 2011 não atingiam grandes contingentes (Agência Financeira, 2012).

A respectiva crise na Europa que remete a estes acontecimentos é originária do que se tornou conhecido em Portugal e no mundo como “geração à rasca” ou “geração mil euros” (uma referência aos salários). Relaciona-se a um movimento de jovens qualificados, desempregados ou precariamente empregados devido à crise econômica. Os aspectos da crise são muitos, como a tentativa de enfrentar a mesma as declarações do atual primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho, repercutiu em Portugal durante um bom período, debatendo na mídia televisiva e através das agências de notícias, pois a autoridade aconselhava

que os professores “excedentes” migrem para outros territórios de língua portuguesa (Folha de S.Paulo, 2012), o que gerou grande insatisfação e repúdio.

No Brasil, os portugueses são o maior grupo de estrangeiros regularizados no país – em 2011 foram legalizados 277.779 cidadãos, praticamente um quinto de todos os imigrantes no país, segundo o Ministério da Justiça (Folha de S.Paulo, 2012). Segundo o IBGE, com relação aos que chegaram do estrangeiro para o Brasil entre 2005 e 2010, Portugal representa 21.376 dos 268.400 migrantes. Ainda que, dentre os vindos de Portugal, muitos brasileiros engrossem a estatística (já que 16.460 são brasileiros de retorno), em termos percentuais sobre os retornados, Portugal apresenta o menor índice 77% são de brasileiros. Comparando com outras nações que mais imigram para o Brasil, nos Estados Unidos o índice é de 84,2%, e no caso do Japão 89,1%. (O Globo, 27/4/2012). Portanto, Portugal detém mais migrantes portugueses natos entre os países que mais imigram para o Brasil.

Diferente dos europeus que desembarcaram no porto de Santos entre os séculos XIX e XX, os “novos”² imigrantes percebem o Brasil também como rota e não como destino final, segundo Rosana Baeninger, professora e demógrafa da Unicamp (Folha de S.Paulo, 2012): “Eles têm capital social e financeiro para circular por vários países (...). Mesmo regularizados, isso não significa que vão permanecer aqui” (Folha de S.Paulo, 2012).

As tendências do mercado de trabalho interferem fundamentalmente nos objetivos dos emigrantes, pois uma parcela destes jovens pretende regressar assim que possível; e ainda há os que deixam a decisão para ser tomada depois. Outra parcela, que parece ser minoritária, decidirá ficar ou torna-se-á migrante junto ao capital especulativo globalizado, ora no Brasil – Rio de Janeiro, ora em outros territórios.

O presidente da Associação Nacional de Estrangeiros e Imigrantes no Brasil, Grover Calderón, aponta que a tendência é que o número de europeus em São Paulo seja maior do que os vistos de trabalho. “Muitos vêm como turistas e ficam fazendo ‘bicos’”, “mas não é a exploração exaustiva do boliviano. É trabalho escravo ‘light’ (Folha de S.Paulo, 2012).

² Em contraposição aos “tradicionais” (ver nota 3) que fazem parte do primeiro momento. Esses novos imigrantes são os portugueses que ingressaram no Rio de Janeiro durante o período estabelecido como o segundo momento das migrações, notadamente os anos de 1990/2000 até a contemporaneidade.

A estatística apresentada pela reportagem mostra que o número de estrangeiros com carteira assinada e autorizações de trabalho no Brasil cresceu 60% desde 2008. Os portugueses representaram, em 2011, 1.599; em 2010, 799; e em 2008, 679. Dados que acompanham a cronologia da crise europeia, pois 2008 é o ano da quebra dos bancos norte-americanos, após malogradas as tentativas de aprovar planos de resgate financeiro junto às bolsas de valores. Posteriormente, em 2010, a Grécia anuncia o plano para conter o *deficit*, e Portugal também o faz quando as agências de classificação de risco rebaixaram suas notas junto com as da Espanha.

Já em 2011, Portugal recebeu auxílio financeiro, do mesmo modo que Grécia e Espanha. A crise afetou os países considerados mais desenvolvidos do bloco europeu, como a Itália, que anuncia medidas de austeridade, e o então primeiro-ministro, José Sócrates, renuncia após ter o pacote de medidas rejeitado pelo Parlamento. No ano de 2012, o desemprego chega a 22,85% na Espanha; 20,9% na Grécia; 14% em Portugal; e 8,9% na Itália.

A decisão dos portugueses pelo Brasil está associada, portanto, à estabilização da economia e à conjuntura europeia. Ambos os fatores tendem ao mesmo fenômeno. “Antes, o Brasil não era considerado uma opção por ser visto como um país instável econômica e politicamente. Mas isso mudou”. “A verdade é que há cada vez mais portugueses a emigrarem para o Brasil sem data de regresso” (Agência Financeira, 2012).

Trata-se de uma nova geração aberta ao mundo, a mobilidade produto da facilidade advinda da própria globalização, o que não significa um empobrecimento da vida em Portugal.

(...) é claro que eles vão embora. Mas voltarão quando houver oportunidades aqui. Não é aquela geração de imigrantes dos anos 50 ou 60, que iam para Frankfurt ou Paris trabalhar como pedreiros ou garçons e que voltavam muitos anos depois só para se aposentar (El País, 2011).

Com relação ao contexto atual e o relacionamento luso-brasileiro, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, assinado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000, durante as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, tem importância política, pois brasileiros e portugueses poderão, nos dois territórios nacionais, usufruir os mesmos direitos e estarão sujeitos aos mesmos

deveres desses Estados. O acordo ainda prevê que ambas as partes desenvolvam esquemas de cooperação em vários campos (econômico, cultural, científico e tecnológico) (SOUZA, 2010).

A tentativa de aproximar direitos e deveres de portugueses e brasileiros não é recente e remete-se à década de 1970, quando ocorreu a Promulgação da Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres³ entre Brasileiros e Portugueses.

A adaptação às práticas e instituições comunitárias representou a modernidade para Portugal, que se beneficiou de sua pertença à CEE para, *inter alia*, atuar como um parceiro mais credível nos fora e mecanismos internacionais. Mas foi da dinâmica de inserção no processo de integração europeia que surgiram os mais imediatos e espetaculares resultados para Portugal, nomeadamente os recursos financeiros oriundos dos Fundos comunitários (SOUZA, 2010, p. 24).

Assim, as decisões políticas aproveitam-se da história comum, ao menos durante um período, entre Brasil e Portugal para redigir tratados, acordos e parcerias que, na realidade, pretendem fazer com que surtam efeitos positivos para a estabilidade política e econômica entre as nações. A entrada de Portugal no Bloco Europeu favorece a abertura econômica e a atuação global em inúmeros setores, pois o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) (infraestruturas e investimentos produtivos), o Fundo Social Europeu (FSE) (inserção profissional de desempregados e desfavorecidos) e o Fundo de Coesão (diminuição das assimetrias de desenvolvimento entre as regiões e os Estados membros) (SOUZA, 2010) auxiliam os países membros frente à competitividade e crise, ambas globais.

Diante dos fatos, Portugal atinge o auge dos investimentos disponibilizados pela União Europeia assim que se torna membro da comunidade europeia (em 1986) e, tão logo presente no jogo do bloco regional europeu, cede à internacionalização da economia portuguesa e inserção definitiva como membro atuante da U.E.

Nesse momento, no Brasil, a partir dos processos de privatização, que se deram sob a justificativa de estabilização econômica e atraíram grandes investimentos (JESUS; FERNANDES, 2010), sobretudo dos portugueses. “Nesse contexto, Portugal tornou-se o terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil (de

³ Decreto nº 70.391, de 12 de abril de 1972, que concretizou a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses.

1997 a 2000), e o Brasil, por sua vez, o principal destino dos investimentos portugueses no mesmo período” (SILVA, 2006, p. 1) A “redescoberta” que se apresenta como uma alcinha à série de imagens e discursos com referência ao novo/outro descobrimento é corroborada nas palavras de um ministro português: “oportunidades de negócios faziam do Brasil novamente a ‘joia da Coroa’” (SILVA, 2006, p. 2).

Definitivamente, o segundo momento da emigração não se caracteriza como simples continuidade do primeiro, tendo em vista as características já apresentadas. É uma conjunção de fatores redimensionados, pois esta nova geração de emigrantes portugueses saem de Portugal sob outras condições, diante de outra conjuntura política e econômica, levando consigo um Portugal globalizado e mais nacionalizado em relação à primeira geração, pois o panorama de 1950 era de um país mais regionalista e tradicionalmente arraigado às vilas e aos distritos interioranos, com particularidades ímpares entre estas localidades que seriam praticadas e reproduzidas na desterritorialização daquele momento.

Se há semelhança entre ambos os momentos, esta é indicada pela falta de oportunidades de trabalho, todavia os desdobramentos são únicos de cada período. Para cada espaço-tempo, só poderíamos instaurar reterritorializações distintas, ou dois momentos. Portanto, consideram-se des(re)territorializações singulares diante das particularmente que (re)produzem identidades territoriais igualmente diferenciadas.

No momento em que tratávamos (final do item 1.1) das Casas Regionais em contraposição à casa portuguesa, não admitíamos que há um conflito entre os territórios portugueses, mas apenas um não diálogo, baixo reconhecimento (justo por não dialogarem entre si os migrantes dos dois momentos elencados), fazendo com que o não reconhecer portugueses, migrantes do mesmo Estado-nação exista.

Parece-nos que essa relação de estranhamento interno é produto de territórios diferentes, temporalidades distintas, o que não poderia acarretar outra relação senão a do “estranhamento do mesmo”, já que o mesmo é relativo apenas à nacionalidade, e nada mais; assim como entre os angolanos (PETRUS, 2005) e outros grupos que sofrem com alguma migração relativa a períodos diferenciados para o mesmo país de destino.

Deste modo, existe hoje uma complementariedade maior entre as Casas portuguesas, o que torna mais importante ressaltar a Casa portuguesa enquanto espaço português em contrapartida a uma só Casa regional.

(...) uma complementariedade, que fica evidente em entrevistas informais com seus frequentadores, pois grande parte deste público habita e vivencia estas Casas portuguesas da Tijuca, conforme informado por um dos entrevistados “...sou sócio e frequentador de todas, só não sou do Clube Recreativo Português de Jacarepaguá, do Arouca Barra Clube...” (...) Tal fato fortalece a ideia de complementariedade destas Casas que abrigam os imigrantes portugueses e subitamente propõe um convite a praticarem suas festas e socializarem em todas, já que as mesmas “elevam” o nome de Portugal (AZEVEDO, 2010, p. 65).

Assim, do contrário, nas fragmentações dos territórios portugueses em solo carioca,

(...) o “regionalismo” exercido pelas casas regionais reforça o sentimento de pertencimento ao nacional – a origem portuguesa. A variedade das casas regionais presentes na cidade carioca, apesar de sua conotação, a princípio, de particularidade regional, sem dúvida contribui expressivamente para a visibilidade nacional de uma comunidade de estrangeiros, no caso, a comunidade portuguesa (...) Assim sendo, a casa regional pode ser concebida como um perfil de associação nas quais as identificações regional (trasmontana) e nacional (portuguesa) são construídas de maneira em que as tradições de uma origem comum são “resgatadas” (SOUZA, 2006, p. lxxxix).

Com relação à Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, localizadas na Tijuca, e primeira entre as Casas portuguesas (fundada em 1923), o trabalho de Souza (2006) indica que nestes territórios há um jogo de escalas entre as regiões naturais portuguesas e o Estado-nação, em um típico exemplo da maneira e, principalmente, (re)produção das identidades.

A direção da Casa de Trás-os-Montes (...) lança mão de exercício hegemônico de identificação escorada em representações geográficas que se apoiam primeiramente em referenciais à província, mas que contemplam, porém com menor ênfase, também outras dimensões escalares do território nacional português. Esse exercício de construção de identidades com base na representação das tradições trasmontanas e portuguesas é reflexo das práticas sociais conservadoras na casa regional nas quais levam a um enrijecimento em torno da manutenção destas identidades com forte teor “essencialista” (p. xc).

Nessas considerações, a ideia e articulação ao migrante inserido no múltiplo advém de uma concepção estrutural de multiterritorialidade

(HAESBAERT, 2005a, 2007) que pretende estabelecer o mesmo objetivo: perceber o português no Brasil como um imigrante, eventualmente luso, pois este não estabelece vínculos territoriais com o migrante conterrâneo do primeiro momento, estando vinculado à fugacidade do empreendedorismo global, associado ao “status de europeu” que no Brasil/Rio de Janeiro pode, atualmente, ser lido como contraponto e antônimo ao estigma institucionalizado com relação ao português de antes. Não afirmamos que os migrantes do segundo momento não frequentam as Casas Regionais por estes motivos; esta não é a correlação. Afirmamos sim que, através dos novos tempos, o século XXI, das migrações e territorialidades portuguesas no Rio de Janeiro, promovem-se alguns movimentos importantes, como a nova consideração sobre o que é uma C(c)asa portuguesa hoje na cidade, uma outra leitura que não a regional portuguesa via relações entre os momentos do português migrante ou a atualidade.

A “multi”, neste caso, “territorialidade” que não obedece a lógica da migração das últimas ondas populacionais portuguesas na cidade, assumindo uma outra des(re)territorialização e, conseqüentemente, outra identidade que não aquela do “tradicional” português, é evidenciada quando se percorrem os territórios portugueses na cidade. Além de este migrante estabelecer múltiplas escalas referentes ao seu território, ainda atua enquanto produtor de território português (ou seja, territorializa-se) em “qualquer” espaço, por isso difuso.

Quando atribuímos esta nomenclatura de “status” de europeu ao português, optamos por realizar uma contraposição fervorosa ao português, tendo em vista que, quando se admite o lusitano como sendo aquele cidadão do primeiro momento, esse primeiro é socialmente entendido e incorporado no senso comum (ao menos na cidade do Rio de Janeiro) como a figura de um não europeu, sendo então completamente avesso à de um português. Trata-se apenas de sentido. Queremos confundir os sentidos das palavras “europeu” e “português”.

Este é um debate sobre hierarquias e representações, que, são inseridos no pacote da modernidade/ocidentalismo como um migrante benquisto e aceito na “Cidade maravilhosa”, o português poderá ganhar uma nova categorização.

Se ser “português” quer dizer migrante do primeiro momento, e “europeu” significa migrante do segundo momento, teremos uma confusão de classificações, tal qual é a hierarquia entre estes termos para um carioca. Ainda que não tratemos de hierarquias ou especificamente sobre os significados destas nomenclaturas, e

sim de territórios e identidades territoriais, chegamos ao ponto mais importante: o português é mesmo diferente do europeu, como percebido entre os territórios; e esta relação é apenas transposta para o sentido das palavras, pois o entendimento para a sociedade carioca em recepcionar um português, esta palavra/representação é vinculada ao território transplantado, do primeiro momento ou as Casas e territorialidades tidas como tradicionais, em contraponto ao território difuso do europeu, leia-se, também português.

A questão é de representação. Atualmente, o português residente no Rio de Janeiro começa a escapar de reducionismos, estigmas e armadilhas.

Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande (...) uma desvantagem – e constitui discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (...) o termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso (GOFFMAN, 1975, p. 12-13).

O problema do migrante estigmatizado, ou, mais especificamente, “A informação social transmitida por qualquer símbolo (...) pode estabelecer uma pretensão especial (...) que não poderia ter sido apresentada de outra maneira (...) “símbolo de prestígio” (...) quando o referente é uma determinada posição social bem organizada. (...) [do contrário] podem ser contrapostos a *símbolos de estigma*, ou seja, signos que são especialmente efetivos para despertar a atenção sobre uma de grande discrepância de identidade” (GOFFMAN, 1975, p. 53).

Sob o migrante do segundo momento, deste fugirão aquelas qualidades inculcadas no Rio de Janeiro sobre a sua característica, sobre seus valores, sua identidade e, em maior destaque, sobre o seu território, talvez pelos motivos relatados anteriormente, quando os jovens portugueses não são percebidos como portugueses e inserem-se no Rio Olímpico, dos megaeventos, e cada vez mais global como europeus, chegados da Europa em crise, entretanto desenvolvida. A construção destas territorialidades diferenciará territorialmente estes migrantes.

O poder, que é essencial às interpretações das duas fases migratórias apontadas neste trabalho, quando rompido estruturalmente o vínculo territorial creditado a cada geração de portugueses, o mundo global, a globalização que encurta distâncias sob a compressão espaço-tempo (HARVEY, 2005), possibilita

e potencializa a cisão da identidade territorial porque permite a transição da população entre os espaços planetários, regida sobre o efêmero, fazendo com que este cidadão desterritorializado, se necessário, mude em direção a melhores condições econômicas.

Portanto, a questão volta a tratar de movimentos multiterritoriais e de globalização. Tratar de globalização é questionar também as relações dialéticas que se estabelecem entre o local e o global, entre o espaço mais próximo do cidadão (especialmente definido) e os mais distantes (ainda que não menos determinantes para este). Deve-se ainda avaliar a variedade de espaços intermediários e analisar que a identidade territorial é atualmente um ente ligado estritamente à relação global-local (NOGUÉ, 2006).

A globalização é particularização do universal e universalização do particular; esta não elimina a distância física entre os locais e, sendo interconexões, alteram as relações de identidade (NOGUÉ, 2006). E quanto às relações, no que tange ao Rio de Janeiro-Portugal? Estão permeadas por este mesmo jogo. Nossa relação histórica ou cultural, a irmandade, não faculta o jogo poderoso que a globalização construiu.

Destacávamos a importância de Portugal como nação migrante para o Brasil. Ainda hoje os portugueses são a quarta nação na lista de principais países de origem dos imigrantes (pouco mais de 21 mil) no Brasil, segundo o Censo Demográfico 2010, divulgado pelo IBGE (2012).

Todavia, direcionamos essa reflexão para a possibilidade de considerarmos o território/paisagem do português para além da redução do português a alguns territórios. Ou seja, há possibilidade de sustentar uma paisagem/território português(a) frente ao espaço hegemônico carioca? Há território português além da padaria⁴?

Consideramos a todo instante buscar esta resposta, ainda que não se tenha feito a pergunta anteriormente, mas se a busca é pela identidade territorial do migrante, então a questão não se encontra deslocada.

Não deveríamos admitir outra possibilidade que não seja sustentar os

⁴ Uma retórica que indica mais uma provocação ao entendimento de território migrante do português, uma vez que entendemos que a padaria do português é, obviamente, marca deste migrante, entretanto uma constatação simplista diante das possibilidades que a cidade do Rio de Janeiro oferece, ou que a geografia pode considerar.

territórios portugueses na cidade do Rio de Janeiro. É uma colocação incutida no bojo do trabalho, é um sentido contido na própria confecção desta dissertação.

Se questionarmos a paisagem e suas interpretações neste contexto, adotamos a afirmação de Emilio Ntarelli (apud RAFFESTIN, 2009) de que a paisagem apresentada como imagem territorial é construída pelo homem, já que este não está distante dos signos que imprimem. Assim, os homens não constroem paisagem, ainda que o território possa “talvez, tornar-se paisagem” (RAFFESTIN, 2009, p. 23).

Antes de ser paisagem e de ser contemplada, o território é material, pois foi construído como valor de uso. A paisagem advém da interseção da observação e de um território material: “pode revelar-se como uma manifestação empírica da territorialidade” (RAFFESTIN, 2009, p. 35), o que ocorre também com a capacidade do pesquisador em organizar em unidades do visível “parcelas do processo de territorialização”, já que a imaginação pode ser um elemento que constitui a territorialidade, ainda que poucas vezes explicitada. AngeloTurco destaca (apud RAFFESTIN, 2009, p. 35): “compreende sempre melhor que a paisagem é o resultado de uma interação simbólica entre substância comunicativa do agir territorial”.

Assim, analisamos que o território que poderá ser definido basicamente (SAQUET, 2007 e 2009, apud SAQUET; CANDIOTTO; ALVES, 2010) por três singularidades: as relações de poder multidimensionais (territorialidades) que constituem campo de força econômico, político e cultural; a construção histórica e relacional das identidades e os movimentos de des(re)territorialização.

A relação centrada na conjugação conceitual de espaço-tempo-território (SAQUET, 2010) orienta a explicação do processo de apropriação e produção territorial de maneira multidimensional e multiescalar. Significa, de maneira sucinta, que a construção do território é processual e relacional. “Há mediações técnicas (...) identitárias, enfim, materiais e imateriais na apropriação e produção territorial que precisam ser desveladas juntamente com as relações de poder que caracterizam cada tempo e cada território” (SAQUET, 2010, p. 110).

Se situássemos apenas o território a sua finalidade, pouco importaria toda preocupação processual desta construção. E a identidade territorial estaria depreciada por esta interpretação.

Ao se admitirem as identidades existentes, de algum modo estamos

refletindo sobre as relações “fundadas” pelo território, ou seja, partindo da concepção de espaço produzido (LEFEBVRE, 1986, in HAESBAERT, 1997), que entendemos por territorialização, como o processo da (re-)produção social (incorporando as dimensões concretas, simbólicas, características sociais).

No território, o processo de apropriar o espaço, de consolidar domínio, pode ser percebido tanto pelo mergulho da identidade que mescla espaço, paisagem e suas representações através dos grupos sociais de mesma unidade simbólica quanto pelas formas políticas de domínio e gestão, através do estabelecimento de fronteiras e, portanto, territórios (HAESBAERT, 1997). Em Lefebvre (1986), temos a apropriação e dominação, que corresponde à dimensão concreta, de caráter funcional, e também a dimensão afetiva e simbólica (HAESBAERT, 1997).

Esse poder simbólico, ao se manifestar, pode fazer uso de elementos espaciais, representações ou símbolos, constituindo assim uma *identidade territorial*, ou seja, um conjunto concatenado de representações socioespaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica. (...) Conforme afirmação do próprio Bourdieu (1989), “a fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta (p. 115). (HAESBAERT, 1997, p. 50).

Para modificar esta relação, é preciso sofrer um árduo processo de reelaboração. “Segundo Harvey (1989, p. 272), (...) as transformações nas práticas espaciais e temporais implicavam uma perda de identidade com o lugar e repetiam rupturas radicais com todo sentido de continuidade histórica” (HAESBAERT, 1997, p. 90). O território não pode ser visto apenas como forma de apropriação, mas também como uma interação comunicativa, ou mesmo afetiva (HAESBAERT, 1997).

É preciso atentar que são questões e respostas que recriam a cada momento a ideia de território. Portanto, a confusão entre o debilitar da mediação espacial nas relações sociais com o desaparecimento dos territórios (HAESBAERT, 1999) atualmente desfila como modismo, já que se vive na era da desterritorialização.

E é sobre o migrante do segundo momento – este não reterritorializado no “tradicional” (Haesbaert, 1999), produzindo uma identificação agora fluida, ao ponto de não mais necessitar do território tradicional, uma vez que o que está em

jogo agora é a dúvida – que tratamos.

Não é toda a identidade que tem no território seu fundamento único de construção; ainda assim, trata-se de um dos seus aspectos fundamentais que está na alusão a um território, tanto simbólico como concreto. Assim, a identidade social é também territorial quando o referencial para a construção desta identidade parte ou transpassa o território (HAESBAERT, 1999). Conforme apontado, as identidades só são territoriais quando a estrutura depende dessa apropriação simbólica no/com o território. (HAESBAERT, 1999).

A base material, neste caso territorial, que é a referência para construir esta identidade, também não satisfaz a discussão territorial em nossa leitura, e por isso contemplamos as relações de poder, uma vez que, “por mais que se reconstrua simbolicamente um espaço, sua dimensão mais concreta constitui, de alguma forma, um componente estruturador da identidade” (HAESBAERT, 1999, p. 174) – isto é, pela existência de um plano concreto/material.

Os migrantes não apenas podem entrecruzar identidades, mas podem também levar consigo sua territorialidade e tentar reproduzi-la nas áreas para onde se dirigem, e esse processo só ocorre com substrato físico e relações de poder.

O território migrante dos portugueses no Rio de Janeiro poderá então vagar pela condição de desterritorializado sob a própria condição de migrante, fora do Estado-nação Portugal e desterritorializado agora também do território “tradicionalmente português⁵”, aquele associado às Casas Tradicionais/Regionais e que mantém relação com o comércio “tradicional” português, inserido no imaginário do migrante estigmatizado como o “portuga⁶”. Tratar do migrante desterritorializado no sentido cultural ou simbólico, destituído de suas paisagens de origem, de seu lugar, é vê-lo “destituído também de valores, símbolos, que ajudavam na construção de sua identidade” (HAESBAERT, in NETO; FERREIRA, 2005b, p. 37); é fundamental para este território que avaliamos ser circunscrito pela ideia de multiescalaridade e de territórios-rede.

⁵ Repetição provocativa embasada na ideia e condição de ser português aquele cidadão típico, o estereótipo, e não o cidadão natural de Portugal, mas o cidadão atrasado, tolo e representante de um específico setor de serviços (padarias, bares/botequins, restaurantes econômicos, oficinas etc.) naturalizados como restritos a este quadro característico do português representado pelas migrações do primeiro momento.

⁶ Utilizamos esta nomenclatura reduzida do gentílico português para atribuir uma outra redução, porém esta acrescida de um ideário desvalorizante ou inferiorizante que confere ao português uma representação única e, portanto, reduzida de sua efetiva inserção múltipla na sociedade carioca. Alcinha que atualmente encontra-se desvinculada, ou não mais como sinônimo de galego, identificação mais comum do passado e também de cunho depreciativo.

É evidente que este território comporta todas as dimensões físico-naturais, econômica, política e cultural, afinal condensa essa multiplicidade de elementos que permitem a reprodução social (HAESBAERT, in NETO; FERREIRA, 2005b).

A superposição territorial-identitária não significa a perda de relevância do território e das identidades territoriais. Se o território é não apenas o *locus* de relações de poder que se fortalecem e debilitam através das mediações espaciais, mas também um meio de identificação e reformulação de sentidos e valores, então as identidades territoriais não estão desaparecendo, mas se reformulando (HAESBAERT, 1999).

O território, produto e produtor de identidade, não é só o “ter” mediador de relações de poder, mas território compõe também o “ser”, por mais descontínua que seja a cartografia (HAESBAERT, 1999).

Construímos o mesmo dilema do difícil jogo de dar sentido a nosso grupo sem com isso retirar o sentido dos outros (HAESBAERT, 1999).

O sentido das significações imaginárias sociais é sensível a variações de escala e, em algum grau de coerência, pode ser associado a valores de um movimento ou de grupo social fortemente identificado com um território particular. O território encerra a materialidade da sustentação da vida, “condiciona as práticas sociais e referencia processos identificatórios, embora não seja a materialidade em si” (SOUZA, 2001, p. 160). O território é campo de força e projeção das relações de poder sobre o substrato espacial, e em torno deste que as identidades, associadas a culturas, constroem e reconstroem-se permanentemente (SOUZA, 2001).

Desta forma, o migrante, definitivamente, não irá vagar sobre o espaço, descaracterizado. Não há possibilidade de um “de fora” passar despercebido pelos habitantes, ou, ainda, pelo território, ou na paisagem produzida pelos “de dentro”. A geografia se faz pela diferença, já que na igualdade não há comparações, as relações não seriam tão complexificadas.

O território envolve ao mesmo tempo a dimensão simbólica e cultural, através de uma identidade territorial atribuída por grupos sociais, como forma de controle do espaço onde vivem e também de apropriação, além da dimensão mais concreta de cunho político-disciplinar (HAESBAERT, 1997, p. 42, apud HAESBAERT, 2001).

Entretanto, deslocamos essa análise para o território como fomentador da identidade e resultante das migrações para que possamos priorizar a construção territorial (o espaço do migrante) relacionando os territórios com os momentos diversificados das migrações.

A multiterritorialidade, que já foi apontada como uma consequente resposta ao processo identificado de desterritorialização, seria não apenas a mera perda ou o desaparecimento do território.

(...) propomos discutir a complexidade dos processos de (re)territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade. Assim, a desterritorialização seria uma espécie de “mito” (Haesbaert, 1994, 2001b, 2004), incapaz de reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Assim, afirmamos que, “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo” (HAESBAERT, 1994, p. 214, in HAESBAERT, 2005a, p. 6.774).

Se o espaço é entendido como movimento contínuo, sob um processo da dominação

(...) e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos.

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados” (HAESBAERT, 2005a, p. 6.776).

Mesmo com a desterritorialização, do migrante do segundo momento, existe um ponto em que o indivíduo irá se reterritorializar, caso contrário essas relações sociais e a identificação seriam somente fluidas e não necessitariam do território, formando sua base concreta/material (HAESBAERT, 1999).

Assim, não seria território, e, a propósito, não há migração e mobilidade populacional sem que exista uma desterritorialização, ainda que minimamente material, resultante da dimensão espacial e geográfica por excelência.

Neste sentido, a sensação é de ausência de reterritorialização, por esta conter, e, sobretudo, este momento propiciar uma menor relação com o substrato material possível. Advém, portanto, neste ponto, o “mito” da desterritorialização.

Nesse sentido, aponta-se a relação mais simbólica com o substrato material, já que o terreno ocupado, aspecto essencial da vida, é o mesmo. Por este mesmo motivo é que se deve tratar do território e territorialização na multiplicidade.

Assim, no estabelecer migrante, na reterritorialização deslocada do português tradicional, uma vez que se atenta para o “mito” do português desterritorializado, poderemos desenhar uma aproximação deste fenômeno em que a Casa Tradicional não é percebida na cidade, mas diluída no território urbano e, logo, reproduzida em outras vias que não apenas a tradicional Casa (com “c” maiúsculo, de nome próprio), mas em outras casas.

É por este motivo que chamamos de outra casa, pois é outra não aquela primeira regionalista e facilmente notada, mas ainda é uma casa portuguesa, por ser de um português, ainda que despercebida, ocultada pela cidade do Rio de Janeiro, ou encoberta por interpretações, conforme indicado.

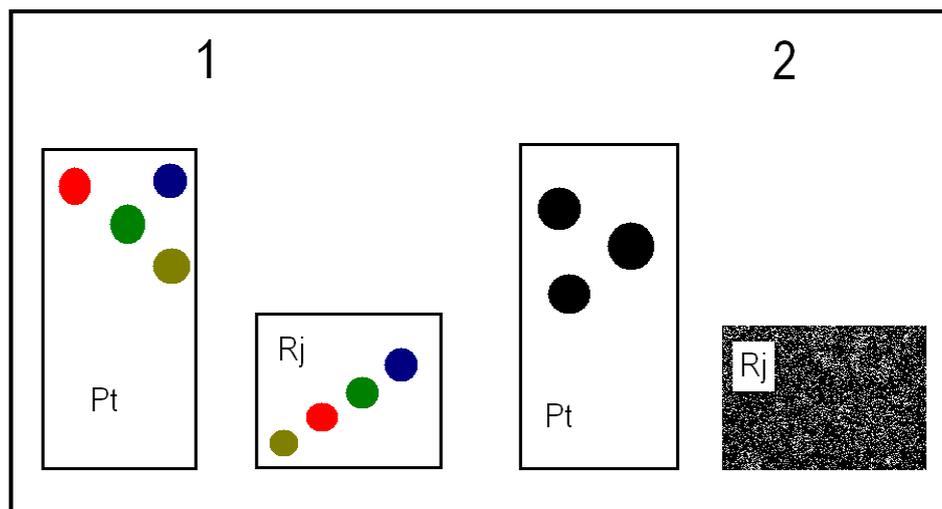
Assim, traçamos um esquema como tentativa de apreender e exemplificar este fenômeno para que possamos tecer algumas aproximações teóricas com o real. Os momentos esquematizados (1 e 2 que correspondem aos momentos migratórios) na (Figura 3) a seguir explora a relação do momento primeiro, a saída dos portugueses do Portugal “atrasado” e regionalista, das vilas para o Rio de Janeiro, assim “carregando” com esta gente os mesmos atributos rurais/interioranos que formam a identidade deste português no espaço carioca, e também como a reprodução desejosa deste indivíduo do Portugal imaginado, a nação que ficou e que será reterritorializada. O segundo momento deste quadro é uma relação à fase posterior, em que Portugal encontra-se na zona do Euro, como país de economia aberta, neoliberal, associado às transformações globalizantes da contingência do capitalismo, e que agora não poderia mais reproduzir a vila, a região portuguesa, produzindo-se nesse momento o Portugal globalizado no Rio de Janeiro – sendo portanto, um outro português, uma outra, ainda, identidade portuguesa.

Portanto, esta realidade chamada “híbrido”, que é formalizada no último quadro do momento (2) é a identidade do português hoje, des(re)territorializado. A atenção volta-se para o português, não tanto para as Casas. Assim, não é a valorização do símbolo o fator identitário ao território, e sim o recurso contrário. O homem, migrante, reproduz-se e produz seu símbolo, território simbólico no

espaço, que assim o identifica. Não haveria, portanto, símbolo sem que alguém os tivesse carregando em sua territorialidade, em si mesmo.

Assim, não há território sem que exista algum tipo de identificação e valorização simbólica do espaço por quem habita, por quem o reproduz (HAESBAERT, 1999). O território, nesta ótica, é tido como noção culturalista, que prioriza a dimensão simbólica, mais subjetiva, tendo o território como o produto da apropriação/valorização produzida por um grupo sobre seu espaço (HAESBAERT, 2001). Entretanto, a cultura medeia o modo como as pessoas e os lugares estão ligados (SACK, 1986, apud HAESBAERT, 2001), e este território também depende do outro, da comunicação estabelecida com os de “fora” para existir, como uma relação de aceitação, propriamente de interpretação, como de fato um território.

Figura 3: Esquema da desterritorialização portuguesa no Rio de Janeiro



Fonte: Organizado por Azevedo, 2013.

O território é componente do poder – não apenas para manter a ordem. É “uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (SACK, 1986, p. 219, apud HAESBASERT, 2002).

Assim, afirma-se que território é instrumento e/ou recurso de poder e um valor (BONNEMAISON & CAMBREZY, 1996, apud HAESBAERT, 2001) que ultrapassa o simples valor de troca e estende-se até a valorização identitária-existencial.

Diante destes motivos, da desterritorialização, interpretamos e percebemos o fenômeno território como *locus* de relações de poder e estratégias identitárias. Ambas, nesta análise, relacionadas à desmaterialização das relações sociais (HAESBAERT, 2001). Se forem territórios, “perdem o sentido de espaços aglutinadores de identidades na medida em que as pessoas não mais desenvolvem laços simbólicos e afetivos com os lugares que vivem” (HAESBAERT, 2001, p. 126). Como não há relações de identidade quando não desenvolvem laços simbólicos, adquirem-se sempre outros/novos laços simbólicos, objetivamente novos/outros territórios.

Não há atividade humana que não seja produtora de sentido e de símbolos, incluso as de cunho material. Os territórios do Estado-nação, mesmo estes, são marcados pela carga simbólica, de identidades nacionais, estruturas para consolidar a homogeneização do Estado (HAESBAERT, 2001).

A desterritorialização, sobre a interpretação dos migrantes, estes compartilham uma experiência multiterritorial, que é característico dos tempos pós-modernos, do mundo na produção de imagens e simulacros (HAESBAERT, 2001). A leitura híbrida da globalização não vê apenas como um processo de homogeneização, mas também como incorporação da heterogeneidade, que permite pensar na sobreposição de territórios, a maneira multiescalar, como forma de inserção no circuito global. O que aparece como desterritorializador poderá ser uma perspectiva de vivenciar múltiplos territórios (HAESBAERT, 2001).

A desterritorialização, no sentido de perder importância a mediação espacial, parece ser na realidade uma proliferação muito maior e complexa de controles político-espaciais e referências de pertencimento, em múltiplas escalas (HAESBAERT, 2001).

Mesmo se construirmos um fenômeno tido como eminentemente simbólico, como a identidade, “o espaço importa”, e, com o binômio indissociável espaço-tempo, destaca-se uma dessas faces: o espaço/território. Propõe-se a territorialidade não no sentido pleno, onde o material é imprescindível – embora todo território tenha uma territorialidade (tanto na qualidade “ser território” quanto na sua dimensão simbólica), entretanto não é toda territorialidade que possui um território (como construção material).

Se prosseguirmos nesta discussão, toda identidade precisa de um território, conforme mencionado anteriormente, não é fruto ou realiza-se em abstrato

(HAESBAERT, 2011a). E todo território é sempre construção social, cabendo a este trabalhar diante dos sujeitos efetivamente atuantes, responsáveis por tal construção (HAESBAERT, 2011a). Assim, o espaço/território é fundamental para a identidade, para a identificação do homem, sobretudo o migrante.

Por fim, o que queremos com as Casas? Retorna-se ao debate entre a Casa Tradicional e a outra casa, como um mecanismo de debate entre os territórios migrantes (entre os dois momentos migratórios).

Assim, o duelo das C(c)asas poderá ser investigada sobre algumas considerações: a primeira é a transformação da condição de um território simbólico, enquanto produtora da cultura portuguesa, por assim ser legítimo, que a partir do instante em que esta mesma Casa Regional percebe sua estrutura física de simples território funcional, transformada e interpretada diante do valor de troca, em que o salão ou qualquer outra dependência desta possa oferecer, depara-se com uma situação distinta do território estritamente simbólico ou, ainda, é mesmo insustentável deixar de percebermos (e, pensamos, em muitos momentos/interpretações deixaria mesmo de ser) um território dentre estas condições, unicamente simbólico, já que este é funcional como medida de sustentação da própria estrutura e sobrevivência da Casa Portuguesa (essa Casa vive para ser portuguesa), existe para ser portuguesa, é construída portuguesa, vendida e declarada portuguesa, o que garante que seja portuguesa. E todas essas considerações não a excluem de ser mais um local da cidade do Rio de Janeiro suscetível ao “uso” (valor de troca).

A escolha, assim como o território, importa. Parece ser mais importante do que qualquer outro aspecto. Portanto, o que impede da outra casa ser também portuguesa? De quantas forem as casas portuguesas no Rio de Janeiro.

Desafiador é refletir apenas sobre a Casa Portuguesa, a própria reprodução mais aguda da primeira (produto também do primeiro momento das migrações), se a segunda casa, ou a outra (relacionada ao segundo momento migratório) é completamente diferente da primeira, por não ser necessariamente uma Casa Regional. Essa outra (a segunda casa, com “c”, e não “C”) pode ser facilmente travestida de um hotel, um escritório ou mesmo um restaurante.

Outra dimensão é factível a ambas as casas e pode ser questionada. Diante da primeira Casa, que é agora (com o valor de troca) segunda casa, já que para garantir a sobrevivência da primeira a segunda se faz necessária (além dos

investimentos da comunidade portuguesa de empresários e comerciantes), pois a manutenção de muitas e distintas identidades portuguesas perpassa pela exploração da “marca” Portugal, ainda fortemente ligada à Casa Tradicional, há necessidade de vender a Casa portuguesa para que continue com possibilidade de ser ela mesma, uma Casa Regional.

Assim, a primeira existe pela chegada das “novas” casas portuguesas (do manter, financiar o território português) que, sob este aspecto, não provê diferença entre ambas as C(c)asas. O que se quer e o que buscamos é importarmos com todas as C(c)asas, os territórios portugueses.

Não podemos interpretar uma Casa Regional ou a casa (residência) como simples instâncias sociológicas. Se a casa e a rua são categorias sociológicas para os brasileiros, e que não designam apenas espaços geográficos, mas entidades morais, esfera de ação social, domínios culturais institucionalizados e, por isso, despertam emoções, imagens esteticamente emolduradas, esta casa então, na tradição da história social brasileira, carrega a ideia de um local privilegiado, como um palco (DAMATTA, 1997). Essa era outra casa, que na perspectiva destes estudos é ligada ao poderio das famílias patriarcais, de comando na sociedade como atores hegemônicos na história social brasileira.

O território é feito *per se*, este não existe. É o pensamento humano que dá sentido, portanto, este se faz. É então um espaço delimitado com o qual se identifica determinado grupo, que o possui, codifica e aspira a controlá-lo em sua totalidade. Este sentimento de desejo e controle é expressão humana da territorialidade (FONT, 2006).

(...) nossa paisagem é em grande medida uma paisagem cultural, um produto social (...) é na verdade a projeção cultural de uma sociedade em um determinado espaço (...) está cheia de lugares que encarnam a experiência e as aspirações das pessoas. São lugares que se convertem em centros de significado; símbolos que expressam sentimentos, ideias e várias emoções. Alguns deles evocam um sentimento marcado de pertencer a uma coletividade determinada, à qual outorgamos um símbolo de identidade (FONT, 2006, p. 226).

Convertemos para território, enquanto receptáculo de uma consciência compartilhada e, por esse mesmo motivo, espaço físico e de poder. Sobre sua identidade está ligada a memória, e a memória liga-se à terra.

O tempo e o espaço são indissociáveis, são dimensões gêmeas. Ao tentar suprimir uma da outra, podemos estar suprimindo nossa própria identidade. Em vez de desaparecer, estaria na verdade sob novas formas, novos significados (HAESBAERT, 2002.)

Compreendemos que “a dinâmica simbólico-cultural que ajuda a moldar as territorialidades emergentes” (HAESBAERT, 2002, p. 31) é, pois, o território que faz parte da fundamentação ontológica.

(...) se aceite que o homem é dotado não apenas do poder de (re)produzir, mas sobretudo de criar, e que a criação é suficientemente aberta para não se restringir às determinações da razão (HAESBAERT, 1990, P. 84). O território, aí (...) efetivamente um espaço de identificação e (re)criação do/com o mundo, a “natureza” (HAESBAERT, 2012, p. 158).

“Mais produtivo seria, por conseguinte, encarar a territorialidade à semelhança de outros substantivos como brasilidade, sexualidade e tantos outros mais” (SOUZA, 2006b, p. 99). E que o português criou e (re)cria, produz e (re)produz-se no Rio de Janeiro, não há como negar.